

REPRESENTAÇÃO SOCIAL ACERCA DA CIDADANIA FEMININA

SOCIAL REPRESENTATION ABOUT FEMALE CITIZENSHIP

Alexsandra Gomes Padilha de Souza¹

Josiane Renata Mendes Barbosa²

Kátilla Mirella Gomes Barros³

Nayara Soares do Nascimento⁴

Patrícia Uchôa⁵

Renata Tinôco⁶

Walfrido Menezes⁷

Resumo: O presente trabalho, reflete um recorte de uma Tese de Doutorado realizada na Universidade federal de Pernambuco – UFPE, em 2011, onde refletimos dentre suas abordagens, o contexto das representações sociais acerca da cidadania feminina, para tanto utilizamos o software EVOC, em busca do núcleo central e os elementos periféricos das representações sociais, elaborado por Abric (1994). De acordo com Sá (1998), as representações sociais são processos e estruturas que emergem das práticas em vigor na sociedade e na cultura em que o processo é constantemente alimentado,

1 Graduada em Relações Públicas, Pedagogia e Pós graduada em Psicopedagogia. Trabalha como psicopedagoga há 9 anos, atuando com atendimento clínico a crianças e adolescentes atípicos, adultos com suspeita ou diagnóstico de TDAH e estimulação intrauterina em gestantes. Graduada em Psicologia na Uninassau – Boa Viagem.

2 Formada em Letras pela Universidade de Itaúna(MG), pós graduada em Comportamento Organizacional e Gestão de pessoas. Atua como gestora de RH e cursando o último período de psicologia na Uninassau - Boa Viagem

3 Graduada em psicologia pela Uninassau - Boa Viagem , Hipnoterapeuta.

4 Discente no curso de psicologia da Uninassau – Boa Viagem. Possui o curso técnico de enfermagem, Curso ABA e de AT escolar.

5 Formada em Gestão Financeira pela FBV e Graduada em Psicologia na Uninassau – Boa Viagem

6 Bacharel em Turismo pela Unicap, Curso livre de psicologia analítica e Graduada em Psicologia na Uninassau – Boa Viagem. Há 15 anos desenvolve trabalhos em artes visuais.

7 Professor e Psicólogo pela FACHO, Mestre e Doutor em Serviço Social na UFPE, Professor de psicologia e supervisor de estágio da Uninassau - Boa Viagem, ex-presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa e ex-participante do Conselho de Ética da UPE.

embora possam perpetuá-la ou contribuir para sua própria transformação, no contexto geral. Ao procurar estudar a cidadania pela ótica da representação Participaram 113 mulheres, com total de evocações = 434 / N° total de palavras diferentes = 166 social, buscamos compreender como ela está representada nas ideias, opiniões e concepções das mulheres, de forma a proporcionar uma visão que possa ensejar ações capazes de conduzir a rupturas a médio ou longo prazo. O tópico foi revisitado no contexto atual de 2024, a partir de uma releitura em sala de aula. A teoria das representações sociais busca compreender como os sujeitos constroem saberes sobre os objetos sociais, reconhecendo que esses saberes, oriundos do senso, são moldados e disseminados nas práticas sociais diárias, por meio das interações e comunicações cotidianas. Nesse sentido, a cidadania feminina, como objeto de análise, reflete tanto conquistas históricas, quanto desafios persistentes, evidenciando como as percepções e valores atribuídos às mulheres continuam a ser moldados pela sociedade patriarcal e sexista.

Palavras-chave: Representação Social. Abordagem Estrutural. Gênero. Feminino. Cidadania.

Abstract: This work reflects an excerpt from a Doctoral Thesis carried out at the Federal University of Pernambuco - UFPE, in 2011, where we reflected, among its approaches, the context of social representations about female citizenship. To this end, we used the EVOC software, in search of the central core and the peripheral elements of social representations, developed by Abric (1994). According to Sá (1998), social representations are processes and structures that emerge from practices in force in society and culture in which the process is constantly fed, although they can perpetuate it or contribute to its own transformation, in the general context. By seeking to study citizenship from the perspective of social representation, we sought to understand how it is represented in the ideas, opinions and conceptions of women, in order to provide a vision that can lead to actions capable of leading to ruptures in the medium or long term. The topic was revisited in the current context of 2024, based on a reinterpretation in the classroom. The theory of social representations seeks to

understand how subjects construct knowledge about social objects, recognizing that this knowledge, which comes from the sense, is shaped and disseminated in daily social practices, through everyday interactions and communications. In this sense, female citizenship, as an object of analysis, reflects both historical achievements and persistent challenges, highlighting how the perceptions and values attributed to women continue to be shaped by patriarchal and sexist society.

Keywords: Social Representation. Structural Approach. Gender. Feminine. Citizenship.

A teoria das representações sociais busca compreender como os sujeitos constroem saberes sobre os objetos sociais; considera que os saberes do senso comum são construídos nas práticas sociais, através das comunicações cotidianas, em nosso recorte atual teve como base o estudo da mesma, no contexto da cidadania feminina. A sua utilização nesse trabalho, promoveu a interposição da temática gênero, no contexto das mulheres das classes populares, com a da conquista da cidadania via educação, o que possibilitou resgatar um entendimento da cidadania a partir da compreensão do grupo social investigado.

O conceito de papéis de gênero refere-se ao conjunto de expectativas sociais sobre os comportamentos ‘adequados’ e ‘claramente’ distintos que a pessoa deverá manifestar, conforme o sexo a que pertence. Os gêneros ao longo da história da humanidade, sempre foram pautados por relações que implicam uma constante desigualdade e segmentação entre o feminino e o masculino. Embora essas relações tenham passado por mudanças significativas a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI, com o avanço dos movimentos feministas, estas ainda não contemplam a totalidade do universo feminino.

Sintetizamos inicialmente alguns postulados básicos da teoria das representações sociais, de forma a configurar o referencial teórico utilizado no trabalho, partindo da seguinte questão, proposta pelo autor e autoras: Como o estudo da representação social percebe a leitura do contexto social sobre a formação da cidadania, por parte do universo feminino? Em seguida focalizamos de forma mais

específica a abordagem estrutural de Abric, com os seus conceitos de núcleo central e elementos periféricos das representações, partindo dos seguintes objetivos. Objetivo geral: Investigar as representações sociais de cidadania entre mulheres escolarizadas das classes populares; subsidiados pelos seguintes específicos: Destacar conteúdos de gênero presentes na compreensão das mulheres sobre a cidadania, e, analisar a compreensão das mesmas sobre o processo de cidadania.

Por último, abordamos a questão da representação social da cidadania feminina, frente a teoria do senso comum. Por cidadania, entendemos como sendo a mesma, em que as pessoas se encontram diretamente envolvidas, participando do processo de construção social e humana – na concepção, no planejamento e na intervenção –, e tendo acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade. Ser cidadão (ã) é ser protagonista.

Essa concepção de cidadania ativa é defendida por Benevides (1991), que a define como um processo que supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes; e que é resultado da educação política, possível de ser alcançada dentro de um contexto democrático em que ocorra a transformação dos indivíduos em sujeitos políticos e de direitos. Segundo a autora:

A educação para a cidadania democrática consiste na formação de uma consciência ética que inclua tanto sentimento como razão; passa pela conquista de corações e mentes, no sentido de mudar mentalidades e atitudes, combater preconceitos e discriminações e enraizar hábitos e atitudes de reconhecimento da dignidade de todos, sejam diferentes ou divergentes; passa pelo aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, ao bem comum. (BENEVIDES, 1991, p. 148).

Benevides chama a atenção ainda para a importância de se ultrapassar a visão do conhecimento dos direitos, apontando a necessidade do envolvimento do sujeito social em todo o processo de “criação de direitos”, incluindo a informação e a participação com liberdade e pluralismo.

Já de acordo com Moscovici, a teoria das representações sociais pode ser vista como uma teoria concebida para responder a questões específicas, com respeito a crenças e vínculos sociais e

para descobrir novos fenômenos. A teoria das representações sociais está interessada, por um lado, em questões de vínculos sociais e da ação e, por outro lado, com o conhecimento social, comunicação e linguagem (2003, p. 380).

Desde o início do seu desenvolvimento, ela sempre teve seu interesse voltado para “identificar o conteúdo do conhecimento do senso comum e olhar para os modos como ele se expressa na linguagem e comunicação.” (MOSCOVICI, 2003, p. 351). De acordo com o autor, “quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, nós estamos estudando algo que liga sociedade, ou indivíduos, a sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar.” (MOSCOVICI, 2003, p. 322).

As representações sociais “devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. E introduzir nele ordem e percepções.” (MOSCOVICI, 2003, p. 46). Portanto, o tema escolhido é algo permeado na sociedade, assim como, discutido, refletido e socialmente representa em uma constante dicotomia entre o universo feminino e masculino. Assim, a representação social passa a ter um significado que permite sua compreensão na dinâmica do sentido atribuído aos objetos sociais, ou seja, o senso comum atribuído a algo que “dá sentido ao conjunto da representação” (ABRIC, 1994, p. 73).

Como afirmou Moscovici (2003, p. 105), “ao dizer que as representações são sociais nós estamos dizendo principalmente que elas são simbólicas e possuem tanto elementos perceptuais quanto os assim chamados cognitivos.” As representações sociais constituem um sistema de valores, de noções e de práticas, que asseguram a comunicação entre os membros de uma comunidade, de acordo com Moscovici (1978).

O processo de comunicação social, segundo o autor, é condição determinante na formação do pensamento e da representação social como um conhecimento, psicanalistas já apontaram no início do século a importância da linguagem, Freud () com a Associação Livre, e posteriormente em meados do século Lacan () ao apresentar o Inconsciente como uma linguagem. Com a teoria das representações sociais, colocou-se o senso comum na ordem do dia, deixando-se de vê-lo como formas confusas e fragmentadas de conhecimento. Como apontou Moscovici (1978), ele permite a

apropriação do conhecimento científico pela sociedade, porém não implica a corrupção e a distorção desse conhecimento, mas apenas a contextualização na linguagem e compreensão da sociedade, dos elementos que lhe são peculiares, reais e simbólicos. De acordo com Moscovici, a representação social realiza a difusão do saber científico inédito, transformando-o numa forma de conhecimento socialmente elaborado, e partilhado enquanto saber prático do senso comum, para o entendimento de todas as pessoas

Por lidar com o conhecimento do senso comum, relacionado ao dia-a-dia das pessoas, encontra-se no estudo das representações sociais uma estreita relação com as linguagens e comunicações do cotidiano, vez que aponta tanto eles conscientes como inconscientes dos seres humanos.

No momento que você passa de uma visão individualista para uma visão social de circulação do conhecimento e linguagens você tende a ver esse processo como um processo de comunicação, no decurso do qual a informação é transmitida e transformada. (MOSCOVICI, 2003, p. 352).

O MÉTODO

Para a realização da presente pesquisa utilizamos o método da Associação Livre, proposto por Abric (1994). Para tanto, utilizou-se a associação de palavras, que consiste na apresentação de uma palavra ou expressão indutora (SER CIDADÃ), para que as mulheres participantes da pesquisa produzissem várias palavras, expressões ou adjetivos que lhes ocorressem na mente, de maneira espontânea. Como sugeriu o autor, “o caráter espontâneo - é, portanto, menos controlado - e a dimensão projetiva desta produção deveria, pois, aquiescer, muito mais fácil e rapidamente do que uma conversação, os elementos que constituem o universo semântico do termo ou do objeto estudado,” (ABRIC, 2003, p. 66).

Nota-se, assim, que a associação livre permite a obtenção de respostas mais espontâneas, possibilitando o delineamento do núcleo central e dos elementos periféricos. O núcleo central é a ideia mais forte presente que dá sentido à representação social, portanto, é “o elemento fundamental da

representação social porque determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna” (ABRIC, 1994, p. 73). Os elementos periféricos são as ideias que reforçam o núcleo central.

Processo esse, que fundamenta a ideia da representação social da cidadania feminina, no contexto de gênero. Almeida (2005, p. 42) argumenta que as representações sociais formam sistemas que têm por objetivo substituir as teorias espontâneas por versões com uma definição específica, compartilhadas pelos membros de um grupo, que passa a incorporá-las no seu cotidiano. No interior do grupo, as representações sociais cumprem duas funções: contribuem “com os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). A estas podemos acrescentar duas outras propostas por Abric (1994): a função identitária, que pretende salvaguardar a imagem positiva do grupo e sua especificidade; e a função justificadora, que permite aos atores manter ou reforçar os componentes de diferenciação social nas relações entre grupos.

As representações sociais “[...] restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicitando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornem acessíveis a qualquer um e coincidam com nossos interesses imediatos.” (MOSCOVICI, 2003, p. 52). No caso específico do nosso estudo, a utilização da representação social permitiu resgatar um entendimento da cidadania a partir da compreensão dos sujeitos diretamente envolvidos – as mulheres.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ABORDAGEM ESTRUTURAL

As representações sociais explicam “o modo pelo qual o novo é engendrado nos processos de interações sociais” (MOSCOVICI, 2003). De acordo com Jodelet, elas são construídas através de dois processos: a objetivação e a ancoragem. A objetivação explica a representação como construção seletiva, esquematização estruturante, naturalização, isto é, como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número limitado de elementos ligados por relações, que fazem dele uma estrutura que organiza o campo de representação e recebe um status de realidade objetiva. (JODELET, 2005, p. 48).

Já a ancoragem, segundo a autora, ocorre como enraizamento no sistema de pensamentos, atribuição de sentido, instrumentalização do saber, explica a maneira pela qual informações novas são integradas e transformadas no conjunto dos conhecimentos socialmente estabelecidos e na rede de significações socialmente disponíveis para interpretar o real, e depois são nela reincorporadas, na qualidade de categorias que servem de guia de compreensão e de ação. (JODELET, 2005, p. 48).

Já de acordo com Abric (1994), os elementos de uma representação social se estruturam de forma hierárquica, a partir de um núcleo central e um sistema periférico. O núcleo central é a ideia mais forte e presente que determina a significação e organização interna da representação social, ao passo que os elementos periféricos são as ideias que circundam e reforçam o núcleo central.

Dessa forma, as representações sociais, são, primeiramente, “simultaneamente estáveis e móveis, rígidas e flexíveis; segundo, são tanto consensuais como marcadas por fortes diferenças interindividuais.” (ABRIC, 1998, p. 34). O núcleo central da representação referenda e dá consistência aos fenômenos coletivos, isto é, às regras que regem o pensamento social. Ele é “estável, coerente, consensual e historicamente definido”, enquanto os elementos periféricos, por conta da “sua flexibilidade e sua permeabilidade, permitem integrar às representações variações individuais ligadas à história própria do sujeito, às suas experiências pessoais e ao seu vivido.” (ABRIC, 1994, p. 79, 80).

“A representação social e os seus dois componentes, o núcleo central e os elementos periféricos, funcionam como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar da outra parte.” (ABRIC, 1998, p. 33). Para o autor, o sentido da representação social é decorrente da função geradora do núcleo central, “o elemento pelo qual se cria ou se transforma a significação de outros elementos constitutivos da representação” (1998, p. 31).

Por outro lado, de acordo com Abric (1994), os elementos periféricos têm uma grande importância para o funcionamento e a dinâmica das representações, uma vez que, por serem menos estáveis e mais permeáveis do que os elementos do núcleo central, permitem interferências individuais à representação, sem com isso comprometer sua centralidade. Essas características de mobilidade possibilitam mudanças de comportamentos e atitudes, provenientes das transformações ocorridas na

sociedade.

A transformação dos elementos periféricos apresenta uma dupla vantagem; de um lado permite à significação central da representação se manter, e, do outro, autoriza a integração de novas informações à representação, sem ocasionar transtornos importantes à organização do campo. (ABRIC, 1994, p. 76).

Para se compreender a “natureza de uma representação e sua difusão em uma população qualquer, torna-se indispensável recuperar o núcleo central.” (ABRIC, 1994, p. 76,77). Entretanto, por sua rigidez, esse núcleo não possibilita um fácil entendimento, e é através dos elementos periféricos que se pode chegar até ele.

Com o objetivo de apresentar com mais clareza as características e diferenças entre o núcleo central e os elementos periféricos das representações sociais, reproduzimos abaixo um quadro elaborado por Abric (1994):

Quadro 1- Sistema central e periférico da representação

Sistema Central	Sistema Periférico
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e histórias individuais
Consensual Define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável Coerente Rígido	Permeável Suporta as contradições
Resiste às mudanças	Evolutivo
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Funções: - Gera a significação da representação - Determina a sua organização Fonte: L'organisation interne des représentations sociales (1994, p. 81).	Funções: - Permite adaptação da realidade concreta - Permite a diferenciação do conteúdo - Protege o sistema central

Pode-se constatar, por meio das informações disponibilizadas no quadro, que ambos os

sistemas são fundamentais e se complementam. Apesar da estabilidade, coerência e rigidez que acompanham o sistema central, o mesmo tem duas funções: gerar a significação da representação e determinar a sua organização, o que permite a existência e a elaboração, através do senso comum, das ideias e concepções adotadas no meio social.

Ao mesmo tempo, o sistema periférico suporta a heterogeneidade do grupo social, mantendo e protegendo o núcleo central. Com sua permeabilidade, suporta as contradições inerentes à diversidade de um grupo social, permitindo a adaptação da realidade concreta e a diferenciação do conteúdo.

Apesar da inflexibilidade do núcleo central, os elementos periféricos vão possibilitar a “transformação progressiva da representação”. A partir da inserção de novos elementos no sistema periférico, vão ocorrer pequenas e gradativas mudanças, que irão se tornando mais acentuadas e salientes. As mudanças na representação podem se processar, assim, de forma contínua, como aponta o autor:

A transformação da representação vai, portanto, se efetuar sem ruptura, quer dizer, sem a eclosão do núcleo central. Os esquemas ativados pelas novas práticas vão, progressivamente, se integrar àquelas do núcleo central e fusionar com elas para construir um novo núcleo, portanto, uma nova representação. (ABRIC, 1994, p. 84).

Abric ressalta que “os elementos novos e discordantes vão ser integrados nas representações por uma transformação do sistema periférico”. Inicialmente, porém, o núcleo central da representação se mantém estável e insensível a essas mudanças. Enquanto isso se verificar, estaremos “em presença de uma transformação real, porém superficial da representação. Por outro lado, em situações percebidas como irreversíveis, as práticas novas e contraditórias vão, certamente, ter consequências muito importantes sobre a transformação da representação. (1994, p. 83).

Conforme coloca Santos, “na construção do senso comum, sujeito, objeto e sociedade são considerados inseparáveis e busca-se compreender processos intra e interindividuais que ocorrem simultaneamente em contextos históricos e socioculturais precisos.” (1998, p. 155). Assim, o estudo das representações sociais requer uma articulação entre o consensual e o heterogêneo, entre o coletivo

e o individual.

Não se pode também perder a referência de que um objeto para ter representação deve possuir uma relação importante com a vida e o contexto social. Assim, deve englobar recursos humanos, psicológicos, biológicos e sociais que estão norteando um tema específico, dentro de sua diversidade. No nosso caso, em particular, esse objeto é a cidadania feminina.

CIDADANIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Pensar no Brasil, na Nação, no Estado, na exclusão, na desigualdade, na cidadania, nas mulheres, nos homens, nos jovens, etc. é um processo complexo, em face das políticas compensatórias e pontuais para minimizar os conflitos sociais, diante da pobreza, miséria e marginalidade, que atingem em geral as pessoas das classes populares. A escolha da temática da cidadania no feminino, considerando o contexto de gênero via políticas públicas educacionais, foi feita em função da constatação das imposições e limites sofridos especialmente pelas mulheres.

A proposta de focar a cidadania através do estudo das representações sociais ocorreu por entendermos que este tem uma preocupação maior com a compreensão dos valores, atitudes e processos da coletividade, rompendo com sistemas teóricos voltados primordialmente para o individual, a exemplo do positivismo. Não se quer com isso negar o sujeito, mas apenas oferecer uma nova perspectiva de se ver a mulher no seu contexto social. A representação, sem perder de vista o sujeito, trabalha com o conhecimento do senso comum, coletivo, oriundo dos processos de comunicação e linguagem, mecanismos reais das relações humanas e sociais (MOSCOVICI, 2003).

Diante de ações pontuais e precárias para o campo da cidadania feminina, consideramos importante trabalhar com a representação social, que lida diretamente com o contexto social e as relações e interpretações do grupo sobre um dado fenômeno. Através do estudo da representação social da cidadania feminina, é possível estabelecer uma visão mais clara de como a mesma se organiza no universo do senso comum, lidando com a compreensão das próprias mulheres sobre as

questões que as cercam, numa sociedade patriarcal, androcêntrica e neoliberal.

Para a plena vivência da cidadania pelas mulheres, reconhecemos que é importante o alcance de todos os seus direitos. Porém, dada a amplitude da temática e do universo feminino, foi preciso fazer um recorte. Assim, a proposta deste trabalho parte da compreensão de que embora todos os direitos sejam fundamentais para se alcançar a cidadania, um deles se destaca e assume um contexto mais amplo para o presente trabalho: as políticas sociais voltadas para a educação.

A representação social da cidadania feminina, através dessa pesquisa possibilitou um aprofundamento na vivência cotidiana das mulheres no ambiente escolar, permitindo uma leitura mais próxima da realidade, ao lidar com a linguagem e a comunicação de maneira direta, na simplicidade das relações interpessoais.

Essa proximidade com os fenômenos sociais é necessária para viabilizar ações e intervenções a partir da fala das próprias pesquisadas.

As ideias trazidas e compartilhadas no grupo social permitiram a elaboração do conhecimento compartilhado na sua diversidade, ao mesmo tempo em que possibilitam o entendimento a partir do somatório das ideias diferenciadas e postas no e pelo grupo. Como chama a atenção Moscovici (1978), qualquer coisa de individual pode tornar-se social, ou vice-versa. Isso não quer dizer, entretanto, que as representações sociais sejam homogêneas e partilhadas por todo o grupo ou sociedade, igualmente. Segundo Moscovici, elas são partilhadas, sim, mas não homogêneas; são partilhadas na heterogeneidade da desigualdade social.

São as diferenças entre os seres humanos – tendo em vista sua formação, valores, hábitos, etc. – que terminam por prover uma visão diversificada do processo social por cada ator social, mas nem por isso justifica-se a discriminação, e com isso a ausência e fragmentação da cidadania, por parte do universo feminino.

Porém, destacamos em nossos estudos, que foi através desta partilha heterogênea que a sociedade constrói seus caminhos e busca suas soluções. Nas palavras de Benevides, “a diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime” (1998, p. 141). O processo da democracia

implica a “tolerância como respeito às diferenças e à variedade da criatividade cultural e a tolerância como o reconhecimento pleno da igualdade e dignidade de todos – indivíduos ou grupos – apesar das diferenças.” (BENEVIDES, 1998, p. 146).

As diferenças são essenciais, uma vez que são elas que promovem mudanças, crescimento e desenvolvimento da humanidade, possibilitando o processo de socialização e convivência dentro das diversidades que criam áreas de conflito. Porém, conflito não é impedimento e impossibilidade de transformação; ele gera a crise, mas com ela e a partir dela as pessoas se transformam, já que o conflito cria ideias, tensões e busca de soluções para responder às questões necessárias.

Diante dos avanços, recuos e questões conflitantes no processo da cidadania feminina, o estudo das representações sociais contribui para trazer dados significativos sobre o tema, a partir do olhar das próprias mulheres, podendo servir como referência para a elaboração de políticas que favoreçam “o reconhecimento das mulheres nos espaços como atores sociais com direito a participar nos espaços públicos – onde se identificam e constroem as necessidades sociais – e a ser interlocutoras do Estado.” (GUZMÁN, 2000, p. 65)

Por outro lado, entendemos ser a educação o movimento central da promoção do desenvolvimento e crescimento dos seres humanos em todos os seus aspectos e sentidos, impulsionando mudanças nas representações sociais e produzindo novos caminhos. Mézáros disse que, se

[...] os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo. (2005, p. 59).

ANÁLISE DOS DADOS

Toda essa leitura e estudos, nos levou, a análise da estrutura da representação social que tinham as mulheres sobre a cidadania foi realizada com o apoio do software EVOC. Essa análise

baseia-se na proposta teórica de Abric (1994), que defende a ideia de que os elementos de uma representação social se estruturam de forma hierárquica, a partir de um núcleo central e um sistema periférico. O núcleo central é composto pelos elementos que determinam a significação e organização da representação social, e os elementos periféricos são as ideias que circundam e reforçam o núcleo central.

O sistema periférico reúne os elementos menos estáveis da representação social e, por consequência, são mais permeáveis à mudança, refletindo mais facilmente as trajetórias individuais, e possibilitando a organização interna por parte da pessoa, bem como sua referência identitária. Esses elementos têm ainda a função de defender os elementos do núcleo central, em de face novas visões e posturas.

Com o objetivo de investigar as representações sociais das mulheres sobre a cidadania, as entrevistadas listaram quatro palavras que elas pensavam imediatamente ao ouvir a palavra indutora “cidadania”. Em seguida elas deveriam marcar as três mais significativas e, dentre essas, assinalar uma única palavra que representasse o que elas consideravam que melhor definia a cidadania. A tabela abaixo mostra a frequência e a ordem média que deram suporte à definição da cidadania:

Tabela 4 - Definição de cidadania, em função da frequência e ordem média de evocação (n = 113)

Ordem Média de Evocação					
Inferior a 2,5			Superior a 2,5		
F R E Q U Ê N C I A	Acima ou igual a 10 evocações	46 – Respeito	2,17	19 - Honestidade	2,63
		43 - Direitos	2,14	15 - Deveres	2,60
		35 - Responsabilidade	2,26	13 - Dignidade	2,63
		11 - Educação	2,18		
		10 - Participar	1,80		
	Acima de 5 e abaixo de 10 evocações	10 - Igualdade	2,20		
		6 - Fazer-parte-da-sociedade	1,83	8 - Liberdade	2,87
		6 – Votar	2,33	7 - Respeitar	2,85
				7 – Solidariedade	2,71

Nota: N° total de evocações = 434 / N° total de palavras diferentes = 166

Os dados obtidos através da aplicação da associação livre e a análise por meio do software EVOC delinearão uma estrutura da representação social de cidadania. Segundo Abric (1994), as palavras situadas no quadrante superior esquerdo são aquelas que têm maior frequência e menor ordem média de evocação. Isto significa que são as palavras mais frequentemente lembradas pela população investigada e evocadas em primeiro lugar. Segundo a proposta de Abric, os elementos do núcleo central são os elementos prototípicos de uma representação, logo, são mais compartilhados e lembrados imediatamente. Desse modo, a análise do EVOC permite delinear os elementos de uma zona central e os elementos do sistema periférico, que seriam aqueles situados nos quadrantes superior direito e inferior esquerdo (1a. periferia) e no quadrante inferior direito (periferia mais distante).

Pode-se supor, portanto, que a zona central da representação social de cidadania das mulheres entrevistadas se estrutura em torno da ideia de respeito, direitos, responsabilidade, educação, participar e igualdade. Por sua vez, os elementos periféricos de primeira e segunda periferia expressam palavras próximas e que dão suporte ao núcleo central, tendo em vista serem palavras evocadas que se interligam ao elemento principal.

Como elementos de primeira periferia aparecem: honestidade (19 de frequência), deveres (15 de frequência) e dignidade (13 de frequência). São palavras com sentidos diretamente ligados, por exemplo, aos “direitos”, ao “respeito”, etc. O mesmo observa-se nos elementos de segunda periferia, onde se destacam: fazer parte da sociedade e votar, ambos com 6 de frequência. A estes ainda se somam os elementos periféricos mais distantes: liberdade (8 de frequência), respeitar e solidariedade (7 de frequência), que também reforçam os componentes do núcleo central.

Cabe ressaltar a diferença entre as palavras evocadas “respeitar”, como elemento periférico – que neste caso não é algo para si, mas para o outro –, e “respeito”, situada no núcleo central, que significa a necessidade que elas veem de serem respeitadas para serem cidadãs.

Com base em Abric (1994), os dados obtidos através da associação livre e processados com utilização do EVOC delinearão uma estrutura da representação social de cidadania que teria como zona central o direito, a educação, a igualdade, a participação, o respeito e a responsabilidade.

A partir da análise da associação livre pode-se afirmar que as mulheres parecem compartilhar uma noção de cidadania que se aproxima da ideia de cidadania ativa, ressaltando a participação, liberdade, informação (educação) e pluralismo (respeito, dignidade e solidariedade). Ao justificarem, entretanto, a escolha das palavras associadas, elas ressaltam que esses elementos não são ainda efetivados na vida cotidiana, que se caracterizaria bem mais pela ausência de liberdade, participação, respeito, direitos, desejo e realização prática.

A partir da análise da associação livre pode-se afirmar que as mulheres parecem compartilhar uma noção de cidadania que se aproxima da ideia de cidadania ativa de Benevides (1991), ressaltando a participação (direitos), liberdade (fazer-parte-da-sociedade e votar), informação (educação) e pluralismo (respeito, dignidade e solidariedade).

Entretanto, a ideia de cidadania que têm as mulheres parece se opor à ideia que elas têm do que é ser mulher. Se ser cidadã é ter liberdade, ser respeitada e participar, ser mulher é não ter sua vontade respeitada, ter obrigações sozinha com as tarefas domésticas e não ser tratada do mesmo modo que são os homens.

Percebe-se, assim, que do ponto de vista objetivo elas entendem e querem as mudanças, mas reconhecem que ainda não podem exercer esses direitos. Nesse sentido, os elementos periféricos têm uma grande importância para o funcionamento e a dinâmica das representações, uma vez que, por serem menos estáveis e permeáveis do que o núcleo central, permitem interferências individuais à representação, sem com isso comprometer sua centralidade, promovendo a aproximação do novo.

Neste caso, fica evidente que, diferentemente do passado, as mulheres apresentam novas concepções do que é ser cidadã, todavia, estas ainda estão sendo inseridas através dos elementos periféricos, mantendo-se ainda o núcleo central anteriormente moldado nas discriminações, apesar deste também já apresentar elementos novos. A questão aqui posta é que elas sabem o que é cidadania, mas reconhecem que as mulheres ainda não têm os mesmos direitos que os homens. Porém, os elementos incorporados no núcleo central não foram suficientes para efetivar de imediato uma ruptura brusca, sem destruir a identidade do sujeito social, como o próprio Abric (1994) já deixou evidenciado.

Definidos como esquema, os elementos periféricos podem ser considerados como prescritores de comportamentos face a um objeto, além de intervir nos processos de defesa ou transformação da representação, pois diante do conflito mexe-se no sistema periférico e não no núcleo central. Eles asseguram, assim, a assimilação de novos elementos que dão suporte e integridade ao sujeito social sem o rompimento da sua identidade, tendo em vista que garantem a preservação do núcleo central.

É por intermédio dos elementos periféricos que se dá a “transformação progressiva da representação”. Com a inserção de novos elementos no sistema periférico vão ocorrer pequenas e gradativas mudanças, que irão se tornando mais acentuadas e salientes, até produzir transformações no núcleo central da representação, de modo contínuo e sem rupturas, como aponta Abric (1994). Nesse sentido, é possível constatar algumas mudanças que já vêm ocorrendo em torno da exclusão e discriminação de gênero impostas por séculos às mulheres.

Observa-se, assim, que as novas concepções e transformações que veem ocorrendo na sociedade em direção favorável às mulheres estão sendo percebidas e incorporadas como elementos periféricos, mantendo-se ainda o núcleo central anteriormente elaborado. Esse processo, ao preservar

o núcleo central, defende o ser social de rupturas que fragilizariam a identidade pessoal e social de cada uma destas mulheres envolvidas na pesquisa. Dessa forma, elas vão objetivando e ancorando o possível e transformando o real dentro de suas concepções.

Para consolidar o entendimento do núcleo central e dos elementos periféricos, em termos do significado das palavras evocadas, cabe assinalar que as mulheres expressaram as considerações destas palavras sempre apontando para as constantes dificuldades de se vivenciar a cidadania em uma sociedade na qual, em sua maioria, as mulheres não são “respeitadas”, uma das situações inclusive apontada como núcleo central de tal representação.

Assim, ao justificar a escolha das palavras evocadas, as mulheres ressaltaram que esses elementos não são ainda efetivados na vida cotidiana, que se caracterizaria bem mais pela ausência de liberdade, participação, respeito, direito, etc., como se pode constatar em depoimentos tanto no questionário como nas entrevistas.

Elas evidenciaram que as palavras evocadas reproduzem o que se quer, mas ainda não se tem, ficando claro, assim, como o processo de exclusão e discriminação sobre as mulheres ainda é bastante significativo, tendo em vista que as palavras evocadas referendam aspectos relacionados com a falta, ausência ou precariedade dos direitos da cidadania.

Moscovici chama a atenção para o fato de que, ao estudar uma representação, nós devemos sempre tentar descobrir as características não-familiares que a motivaram, que absorveu. Mas é particularmente importante que o desenvolvimento de tal característica seja observado no momento exato em que ela emerge na esfera social. (2003, p. 59).

Isto viabiliza um entendimento mais consistente, tendo em vista as motivações que mobilizam uma ação, e que estão ligadas ao momento presente, promovendo desta maneira uma melhor visão do contexto no qual opera tal representação, para possibilitar trazer à tona elementos que gerem futuras mudanças.

O que pode ser percebido através das mudanças que veem ocorrendo em relação a antigos estereótipos, tais como a concepção de fragilidade, docilidade, elementos imputados às mulheres

através dos séculos, e que têm sofrido transformações vagarosas, mas consistentes, diante dos avanços das mulheres ao longo dos tempos. Assim, de passo a passo vão sendo introduzidos outros elementos na representação social, que vão permitindo futuras transformações, mesmo que lentas, neste fluxo de avanços e recuos.

ALGUMAS PALAVRAS

O estudo das representações sociais que as mulheres, no contexto escolar investigado, têm sobre cidadania se mostrou pertinente, tendo em vista a discrepância entre o que elas dizem, o que está previsto em lei, em tratados internacionais e a prática de vida do conjunto das mulheres localizadas nas classes populares, que ainda se encontram excluídas da maioria de seus direitos, diante de uma sociedade com fortes nuances patriarcais e androcêntricas.

Neste sentido, percebemos, por intermédio das representações sociais das mulheres sobre a cidadania, concepções de submissão e dependência, de discriminações e exclusões, mesmo quando elas já reconhecem seus direitos. Tais aspectos evidenciam que as transformações e mudanças indicadas no núcleo central da representação só ocorreram, em grande parte, no nível do discurso e do desejo. Assim, ao mesmo tempo em que apontam os direitos vinculados à cidadania, chamam a atenção para a falta de sua vivência no espaço social, evidenciando em nosso entender processos já internalizados, isto é, “culturalmente vivenciados no espaço de vida”.

Para transformar essa situação, não se pode pensar em ações oriundas de um plano distante das mulheres como um todo, pois uma mudança histórico-social da humanidade – em seus problemas e preconceitos – tem que partir das próprias mulheres em seus movimentos sociais, para que elas comecem a pensar e repensar como foram e são construídas estas exclusões e discriminações, e ao mesmo tempo como são internalizadas e postas no contexto social.

Nessa visão, fez-se e faz-se necessária a implantação de uma proposta social na área da cidadania e educação, e especificamente na questão de gênero no feminino, para facilitar e ampliar

as ideias, propostas e conhecimentos, colocando as mulheres diante do terceiro milênio, como protagonistas. Romper com tais princípios a partir de novas leituras implica em mudanças concretas, objetivas e também subjetivas.

É necessário o desenvolvimento de ações práticas no que se refere à discussão de gênero, para além das propostas sugeridas pelos Temas Transversais, incluindo uma reflexão num contexto de classe, político, educacional, ideológico, que vise uma leitura participante e atuante para a reformulação das esferas de discriminações e exclusões de gênero. Um processo em que cada mulher vivencie a cidadania ativa, sendo efetivamente, e não apenas na fala, a verdadeira protagonista de uma história, usando o espaço escolar, de produção do conhecimento, mas também político e social.

No momento, o contexto das mulheres voltado para a cidadania ativa, mesmo com todo o seu avanço, continua apresentando algumas lacunas significativas, diante de uma sociedade e de uma cultura ainda patriarcal e androcêntrica; e em face da ausência de políticas públicas educacionais voltadas para o universo feminino – como foi observado na análise parcial dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei de Diretrizes da Educação, que ainda reproduzem discriminações. Neste contexto, percebemos que em seu conjunto as mulheres do universo pesquisado estão inseridas em múltiplas exclusões, não apenas de gênero, mas também de classe.

Um vez que percebemos, como aponta o quadro acima, que essas ideias parecem estruturar a representação social de cidadania, pois são ideias que são reforçadas pelos elementos honestidade, deveres, dignidade, fazer parte da sociedade, votar, ter liberdade, respeitar e ter solidariedade (destaque dos autores). Os elementos parecem se estruturar em torno de uma representação de cidadania que é próxima à ideia de cidadania ativa de Benevides. Para as mulheres entrevistadas, ser cidadã não é apenas ter direitos, mas também ter responsabilidades e participar ativamente da sociedade em que vivem.

Diante disto, pode-se perceber que tais proximidades dos elementos periféricos ao núcleo central permitem uma certa mobilidade que as mulheres já apresentaram, ao reconhecer terem direito de “ter direito”, faltando uma efetivação na prática., visto que no contexto social, ainda percebemos

um contingente de mulheres muito alto, que mesmo reconhecendo tais direitos, ainda não os são concretizados na prática.

Portanto, é possível afirmar que as representações sociais das mulheres sobre a cidadania, no espaço escolar, apresentaram concepções de submissão e dependência. Tanto que nos dados da associação livre, percebemos como as questões de gênero ainda são reproduzidas nas representações sociais das mulheres pesquisadas.

Por outro lado, uma representação, por mais que possa estar enraizada na cultura de um povo, e em específico nas concepções das mulheres, não é um impeditivo para que novas transformações possam se somar às que já vêm ocorrendo ao longo dos séculos, por meio de mulheres que não fazem parte da história oficial, mas que lutaram, lutam e lutarão por melhores condições de vida para si, para o outro, enfim, para todas as mulheres e todos os homens existentes na sociedade.

Entendemos ser a educação a base central para a promoção e a aquisição dos direitos humanos e das transformações, possibilitando a ruptura com o patriarcado e o androcentrismo peculiar a nossa cultura, a partir da democratização do contexto político-social, econômico e ideológico, criando possibilidades de integração dos seres humanos em ações mais participativas. É também a educação que pode promover a conquista da autonomia pelas mulheres, as mudanças que se fazem necessárias para o alcance da cidadania feminina ativa, permitindo que cada uma exerça a capacidade de ser protagonista de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean. Abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.) Estudos interdisciplinares de representações sociais. Goiânia: AB, 1998.

_____. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In: GUIMELLI, C. (Dir.). Structures et transformations des représentations sociales. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994. p.73-84.

_____. Méthodes d'étude des représentations sociales. Ramonville Saint-Agne: Érès, 2003.

ALMEIDA, Geraldo. As Representações Sociais, o Imaginário e a Construção Social da Realidade. In: SANTOS, Maria.F.; ALMEIDA, Leda. (Orgs). Diálogos com a Teoria das Representações Sociais. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

BENEVIDES, Maria. A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativas populares. São Paulo: Ática., 1991.

_____. Cidadania e democracia. Lua Nova, São Paulo, n. 32, p. 5-16, 1994.

_____. Democracia de iguais, mas diferentes. In: BORBA, A. et. al. Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. A Questão Social no Brasil – os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. s.d. Disponível em: <http://www.hottopos.com/vdletras3/vitoria.htm>. Acesso em: 10 dez. 2005.

FREUD, Sigmund. Obras Completas. Biblioteca Nueva: Madri, 1973.

JODELET, Denise. Loucuras e representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Análise psicossocial e ética da exclusão: categorias analíticas. In: SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

LACAN, Jacques. Os Escritos. Rio de Janeiro: Editora: Jorge Zahar, 1966.

MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. Representação social: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

SÁ, Celso. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.